

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS


SICOOB
Central BA



The image shows two men in business attire reviewing documents. One man is pointing at a tablet, and the other is holding a pen. A financial statement is visible on the table in the foreground.

Item	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	

ÍNDICE

Demonstrações Contábeis.....	05
Notas Explicativas.....	09
Parecer dos Auditores Independentes.	35
Relatório da Administração.....	40



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA.
SICOOB CENTRAL BA

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

Em reais

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	AH
CIRCULANTE	506.774.802,51	470.399.099,71	8%
DISPONIBILIDADES - Nota 04	19.663,60	14.168,69	39%
CAIXA E BANCO	19.663,60	14.168,69	39%
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ - Nota 05	408.045.779,44	362.207.235,81	13%
APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES COMPROMISSADAS	48.834.593,98	51.130.540,98	-4%
APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS	359.211.185,46	311.076.694,83	15%
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - Nota 06	91.741.826,93	102.751.843,08	-11%
TÍTULOS DE RENDA FIXA	5.255.725,29	-	100%
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	86.486.101,64	102.751.843,08	-16%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - Nota 07	6.746.712,21	5.285.007,68	28%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6.842.325,61	5.311.565,51	29%
(-) PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(95.613,40)	(26.557,83)	260%
OUTROS CRÉDITOS - Nota 08	183.365,29	96.873,88	89%
DIVERSOS	183.365,29	96.873,88	89%
OUTROS VALORES E BENS - Nota 09	37.455,04	43.970,57	-15%
BENS NÃO DE USO PRÓPRIO	300.432,69	300.432,69	0%
MATERIAL EM ESTOQUE	28.113,46	25.439,19	11%
(-) PROV. PARA DESV. DE OUTROS VALORES E BENS	(300.432,69)	(300.432,69)	0%
DESPESAS ANTECIPADAS	9.341,58	18.531,38	-50%
NÃO CIRCULANTE	59.321.248,95	53.834.995,94	10%
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	11.311.466,20	9.031.932,20	25%
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - Nota 06	3.474.728,36	5.275.452,15	-34%
VINCULADOS A PRESTAÇÃO DE GARANTIAS	3.474.728,36	5.275.452,15	-34%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - Nota 07	7.830.377,28	3.747.833,94	109%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	7.884.277,85	3.766.667,28	109%
(-) PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO	(53.900,57)	(18.833,34)	186%
OUTROS CRÉDITOS - Nota 08	6.360,56	8.646,11	-26%
DIVERSOS	508.752,90	511.038,45	0%
(-) PROVISÃO PARA OUTROS CRÉDITOS	(502.392,34)	(502.392,34)	0%
PERMANENTE	48.009.782,75	44.803.063,74	7%
INVESTIMENTOS - Nota 10	47.142.119,35	44.350.171,71	6%
PARTICIPAÇÕES DE COOPERATIVAS	47.142.119,35	44.350.171,71	6%
IMOBILIZADO DE USO - Nota 11	810.109,74	390.665,14	107%
IMÓVEIS DE USO	535.100,47	170.357,41	214%
INSTALAÇÕES, MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DE USO	122.169,95	76.851,50	59%
OUTROS	152.839,32	143.456,23	7%
INTANGÍVEL - Nota 12	57.553,66	62.226,89	-8%
SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SOFTWARES	57.553,66	62.226,89	-8%
TOTAL DO ATIVO	566.096.051,46	524.234.095,65	8%

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA.
SICOOB CENTRAL BA

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

Em reais

PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018	AH
CIRCULANTE	496.730.776,64	459.889.272,77	8%
DEPÓSITOS - Nota 13	6.811.163,40	7.608.360,02	-10%
DEPÓSITOS SOB AVISO	127.071,95	119.915,55	6%
DEPÓSITOS A PRAZO	6.684.091,45	7.488.444,47	-11%
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS - Nota 14	486.383.087,77	448.527.918,70	8%
CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA - COOPERATIVAS	486.383.087,77	448.527.918,70	8%
OUTRAS OBRIGAÇÕES - Nota 15	3.536.525,47	3.752.994,05	-6%
SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS - Nota 15.1	245.075,66	39.544,86	520%
FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS - Nota 15.2	315.762,23	227.921,24	39%
DIVERSAS - Nota 15.3	2.975.687,58	3.485.527,95	-15%
NÃO CIRCULANTE	131.607,85	171.606,38	-23%
OUTRAS OBRIGAÇÕES - Nota 15	131.607,85	171.606,38	-23%
DIVERSAS - Nota 15.3	131.607,85	171.606,38	-23%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Nota 17	69.233.666,97	64.173.216,50	8%
CAPITAL SOCIAL - 17.1	42.578.854,76	38.421.864,45	11%
RESERVAS DE LUCROS - Nota 17.2	26.181.605,60	25.510.679,44	3%
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS - Nota 17.2.3	473.206,61	240.672,61	97%
TOTAL DO PASSIVO	566.096.051,46	524.234.095,65	8%

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

JOSEMIR PEREIRA SOARES
DIRETOR OPERACIONAL

ALEXSANDRO DO CARMO SILVA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR
CRCBA-023450/O-3

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA.
SICOOB CENTRAL BA

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

	2º SEM 2019	31/12/2019	31/12/2018	AH
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA -Nota 19	14.205.023,95	29.472.842,31	28.446.952,33	4%
Operações de Crédito	391.326,21	714.995,64	605.307,42	18%
Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	13.813.697,74	28.757.846,67	27.841.644,91	3%
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA - Nota 19	(268.979,14)	(506.032,24)	(449.995,31)	12%
Operações de Captação no Mercado	(202.150,83)	(401.909,44)	(459.227,22)	-12%
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	-	-	-	
Provisão para Operações de Créditos	(66.828,31)	(104.122,80)	9.231,91	-1228%
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	13.936.044,81	28.966.810,07	27.996.957,02	3%
OUTRAS RECEITAS / DESPESAS OPERACIONAIS	(12.723.952,90)	(25.338.528,33)	(23.205.272,50)	9%
Ingressos/Receitas de Prestação de Serviços - Nota 20	184.419,13	352.390,03	211.392,03	67%
Dispêndios/Despesas de Pessoal - Nota 21	(4.086.960,67)	(7.787.649,28)	(6.936.523,47)	12%
Outros Dispêndios/Despesas Administrativas -Nota 22	(1.745.835,63)	(3.158.334,19)	(2.622.528,12)	20%
Dispêndios/Despesas Tributárias - Nota 23	(80.222,10)	(139.187,03)	(114.936,05)	21%
Resultado de Particip. Coligadas e Controladas - Nota 24	907.395,90	2.710.862,53	4.624.497,00	-41%
Outros Ingressos/Rendas Operacionais - Nota 25	5.083.952,34	9.627.045,41	7.817.311,38	23%
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais - Nota 26	(12.986.701,87)	(26.943.655,80)	(26.184.485,27)	3%
RESULTADO OPERACIONAL	1.212.091,91	3.628.281,74	4.791.684,52	-24%
RESULTADO NÃO OPERACIONAL - Nota 27	223.053,60	223.053,60	126.724,46	76%
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	1.435.145,51	3.851.335,34	4.918.408,98	-22%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Nota 23	(104.300,51)	(127.195,35)	(70.121,67)	81%
JUROS AO CAPITAL - Nota 18	(2.339.866,55)	(2.339.866,55)	-	
SOBRAS/PERDAS ANTES DAS DESTINAÇÕES	(1.009.021,55)	1.384.273,44	4.848.287,31	-71%

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

JOSEMIR PEREIRA SOARES
DIRETOR OPERACIONAL

ALEXSANDRO DO CARMO SILVA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR
CRCBA-023450/O-3

**COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA.
SICOOB CENTRAL BA**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Valores em R\$)

Eventos	Capital		Reservas de Sobras			Totais
	6.1.1.00.00-4	6.1.5.10.00-3	6.1.5.40.00-4	6.1.5.50.00-1	6.1.7.00.00-2	
	Capital Subscrito	Legal	Expansão	Lucros a Realizar	Sobras ou Perdas Acumuladas	
Saldo em 31/12/2017	34.166.470,72	6.506.001,07	326.515,43	14.081.737,73	1.210.265,76	56.290.990,71
Destinação de Sobras Exercício Anterior:						
Ao Capital	1.210.265,73				(1.210.265,73)	-
Movimentações de Capital:						
Por Subscrição/Realização	3.045.128,00					3.045.128,00
Reversões de Reservas			(172.280,01)		172.280,01	-
Sobras ou Perdas Líquidas					4.848.287,31	4.848.287,31
Destinação das Sobras do Exercício:						
Reserva de Sobras a realizar				4.624.497,00	(4.624.497,00)	-
Fundo de Reserva		67.137,09			(67.137,09)	-
Reserva de Expansão			77.071,13		(77.071,13)	-
Fates					(11.189,52)	(11.189,52)
Saldos em 31/12/2018	38.421.864,45	6.573.138,16	231.306,55	18.706.234,73	240.672,61	64.173.216,50
Saldo em 31/12/2018	38.421.864,45	6.573.138,16	231.306,55	18.706.234,73	240.672,61	64.173.216,50
Destinação de Sobras Exercício Anterior:						
Ajuste de destinação de sobras			-	-	(0,04)	(0,04)
Ao Capital	240.672,57				(240.672,57)	-
Movimentações de Capital:						
Por Subscrição/Realização	1.580.951,23					1.580.951,23
Reversões de Reservas			(267.266,38)		267.266,38	-
Sobras ou Perdas Líquidas					3.724.139,99	3.724.139,99
Provisão de Juros ao Capital					(2.339.866,55)	(2.339.866,55)
Subscrição do Juros ao Capital	2.335.366,51					2.335.366,51
IRRF sobre Juros ao Capital						-
Fates Atos Não Cooperativos					(179.923,16)	(179.923,16)
Destinação das Sobras do Exercício:						
Fundo de Reserva		361.305,08			(361.305,08)	-
Reserva de Expansão			576.887,46		(576.887,46)	-
Fates					(60.217,51)	(60.217,51)
Saldos em 31/12/2019	42.578.854,76	6.934.443,24	540.927,63	18.706.234,73	473.206,61	69.233.666,97
Saldo em 30/06/2019	39.404.170,73	6.573.138,16	231.306,55	18.706.234,73	2.393.294,99	67.308.145,16
Movimentações de Capital:						
Por Subscrição/Realização	839.317,52					839.317,52
Reversões de Reservas			(267.266,38)		267.266,38	-
Sobras ou Perdas Líquidas					1.330.845,00	1.330.845,00
Provisão de Juros ao Capital					(2.339.866,55)	(2.339.866,55)
Subscrição do Juros ao Capital	2.335.366,51					2.335.366,51
Fates Atos Não Cooperativos					(179.923,16)	(179.923,16)
Destinação das Sobras do Exercício:						
Fundo de Reserva		361.305,08			(361.305,08)	-
Reserva de Expansão			576.887,46		(576.887,46)	-
Fates					(60.217,51)	(60.217,51)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

JOSEMIR PEREIRA SOARES
DIRETOR OPERACIONAL

ALEXSANDRO DO CARMO SILVA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR
CRCBA-023450/D-3

**COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA.
SICOOB CENTRAL BA**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

	2º SEMESTRE 2019	31/12/2019	31/12/2018
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</u>			
Sobras/(perdas) líquidas antes do imposto de renda e da contribuição social e dos Juros ao Capital.....	1.435.145,51	3.851.335,34	4.918.408,98
Ajustes as sobras/(perdas) líquidas: (não afetaram o caixa)	(3.359.560,49)	(5.176.593,77)	(4.597.506,11)
Despesas de depreciação e amortização.....	58.830,78	105.453,46	87.880,65
(Lucro)/Prejuízo na equivalência patrimonial.....	(907.395,90)	(2.710.862,53)	(4.624.497,00)
Apuração de resultado da contribuição social - CSLL.....	(45.250,84)	(56.698,26)	(37.252,14)
Apuração de resultado da contribuição social - IRPJ.....	(59.049,67)	(70.497,09)	(32.869,53)
Provisão para Operações de Crédito.....	(66.828,31)	(104.122,80)	9.231,91
Provisão de juros ao capital.....	(2.339.866,55)	(2.339.866,55)	-
Variações patrimoniais: (afetaram o resultado/receitas e despesas)	(567.362,34)	(1.744.113,75)	(2.250.376,45)
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	(46.886.889,57)	(45.838.543,63)	14.310.166,50
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.....	17.881.503,72	12.810.739,94	(94.379.750,71)
Operações de crédito.....	(2.320.536,03)	(5.440.125,07)	1.827.918,69
Outros créditos.....	849.144,02	(84.205,86)	807.240,98
Outros valores e bens.....	88.276,59	6.515,53	(17.829,49)
Depósitos.....	(357.700,73)	(797.196,62)	(530.851,57)
Obrigações por empréstimos e repasses.....	-	-	(664.300,08)
Outras obrigações.....	(445.512,96)	(256.467,11)	1.099.675,70
Relações interfinanceiras.....	30.624.352,62	37.855.169,07	75.297.353,53
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(2.491.777,32)	(3.069.372,18)	(1.929.473,58)
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</u>			
Baixa/Alienação de imobilizado de uso.....	1.776,75	2.310,11	5.908,89
Aquisição de investimentos.....	-	(81.085,11)	(1.008.007,14)
Aquisição de imobilizado de uso.....	(424.588,38)	(508.042,28)	(92.794,64)
Aplicação no Intangível.....	(13.212,76)	(14.492,66)	(9.488,00)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(436.024,39)	(601.309,94)	(1.104.380,89)
<u>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</u>			
Variações patrimoniais:	2.934.543,36	3.676.177,03	3.033.938,48
Aumento por novos aportes de Capital.....	839.317,52	1.580.951,23	3.045.128,00
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos.....	(179.923,16)	(179.923,16)	-
FATES Sobras Exercício.....	(60.217,51)	(60.217,51)	(11.189,52)
Despesas de juros ao capital.....	2.335.366,51	2.335.366,51	-
Outros Ajustes.....	-	(0,04)	-
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	2.934.543,36	3.676.177,03	3.033.938,48
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	6.741,65	5.494,91	84,01
Aumento líquido de caixa e de equivalentes de caixa	6.741,65	5.494,91	84,01
Caixa e equivalentes de caixa no início do período.....	12.921,95	14.168,69	14.084,68
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período.....	19.663,60	19.663,60	14.168,69

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

JOSEMIR PEREIRA SOARES
DIRETOR OPERACIONAL

ALEXSANDRO DO CARMO SILVA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR
CRCBA-023450/O-3

NOTAS EXPLICATIVAS

**COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA. – SICOOB CENTRAL BA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA. – Sicoob Central BA - é uma instituição financeira não bancária, Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada, de natureza civil, sem fins lucrativos e não sujeita à falência. Foi constituída em 20 de setembro de 1988 e é regida pelas Leis nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964 e nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002; Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, nos atos normativos baixados pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, pelo Banco Central do Brasil – Bacen, por seu Estatuto e normativos do Sistema Sicoob.

Tem por objetivo a organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e a assistência às cooperativas filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca de serviços.

A atividade preponderante é prestar, às cooperativas filiadas, orientação jurídica, gerencial, administrativa, de informática, financeira, social, operacional, de comunicação social, de capacitação profissional, entre outras, visando o aperfeiçoamento, a racionalização e a padronização dos serviços oferecidos pelas referidas instituições.

Para a consecução dos objetivos, cabe ao Sicoob Central BA o monitoramento, a supervisão e a orientação administrativa e operacional das Singulares Filiadas, de forma a prevenir e a corrigir situações anormais que possam configurar infrações legais ou regulamentares, inclusive internas, ou acarretar risco para a solidez daquelas instituições e do Sistema.

Cabe ainda ao Sicoob Central BA, a coordenação das ações do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob, na Bahia, liderado pelo Sicoob Confederação.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN,



apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

A Diretoria Executiva do Sicoob Central BA aprovou as demonstrações contábeis e o Conselho de Administração autorizou a publicação destas demonstrações.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

Para efeito de comparabilidade, as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro 2019 estão demonstradas junto com as de 31 de dezembro de 2018, em reais.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica. As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do Sicoob Confederação, ações do Bancoob, ações do Sicoob Corretora e ações da Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa- CNAC, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas mencionadas na Nota Explicativa nº11.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço,

reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2019 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019.

4. DISPONIBILIDADES

O saldo registrado nesta rubrica é composto por valores em contas correntes de depósitos à vista junto ao Banco do Brasil S/A e Bancoob conforme demonstrado no quadro a seguir:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Banco do Brasil	315,52	11.168,69
Bancoob	19.348,08	3.000,00
TOTAL	19.663,60	14.168,69

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Estão registradas nesta rubrica as operações de compra de títulos públicos com compromisso de revenda e depósitos interfinanceiros no Bancoob, conforme composição a seguir:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Letras Financeiras do Tesouro – LFT Compromissadas	48.834.593,98	51.130.540,98
Depósitos Interfinanceiros – DI	359.211.185,46	311.076.694,83
TOTAL	408.045.779,44	362.207.235,81

As taxas de remuneração dessas aplicações estão no intervalo entre 100% e 102% do Certificado de Depósito Bancário – CDI.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo acrescidos dos rendimentos ou valor de realização.

A Circular CMN nº 3.068, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Letras Financeiras do Tesouro – LFT Livres (a)	8.730.453,65	5.275.452,15
Cotas de Fundo de Curto Prazo (b)	18.903.594,82	23.140.075,97
Cotas de Fundo de Renda Fixa (c)	67.582.506,82	79.611.767,11
TOTAL	95.216.555,29	108.027.295,23

(a) A taxa de remuneração dessas aplicações é 100% da Selic.

(b) O Fundo Centralização Renda Fixa, tem por objetivo garantir a movimentação diária das Cooperativas associadas em conta mantida junto ao Bancoob, com rentabilidade entre 95% e 97% do CDI.

(c) O Fundo Sicoob Institucional de Renda Fixa Crédito Privado é destinado exclusivamente para as entidades que integram o Conglomerado Bancoob, com rentabilidade entre 102% e 107% do CDI conforme regulamento. O Sicoob Central BA passou aplicar nesse fundo em junho de 2018.

A administração dos Fundos é realizada pelo Bancoob DTVM.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos	6.842.325,61	7.884.277,85	14.726.603,46	9.078.232,79
(-) Provisões para Operações de Crédito	(95.613,40)	(53.900,57)	(149.513,97)	(45.391,17)
TOTAL	6.746.712,21	7.830.377,28	14.577.089,49	9.032.841,62

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível/ Percentual de Risco/Situação	Empréstimo/ TD	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
A 0,5% Normal	11.691.365,81	11.691.365,81	(58.456,83)	9.078.232,79	(45.391,17)
C 3% Normal	3.035.237,65	3.035.237,65	(91.057,14)	-	-
Total Geral	14.726.603,46	14.726.603,46	(149.513,97)	9.078.232,79	(45.391,17)
Provisões	(149.513,97)	(149.513,97)		(45.391,17)	
Total Líquido	14.577.089,49	14.577.089,49		9.032.841,62	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	1.737.545,67	5.104.779,94	7.884.277,85	14.726.603,46
TOTAL	1.737.545,67	5.104.779,94	7.884.277,85	14.726.603,46

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimo	31/12/2019	% da Carteira
Outros	14.726.603,46	14.726.603,46	100%
TOTAL	14.726.603,46	14.726.603,46	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	(45.391,17)	(54.623,08)
Constituições/Reversões	(104.122,80)	9.231,91
TOTAL	(149.513,97)	(45.391,17)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	6.734.168,41	45,73%	6.394.629,62	70,44%
10 Maiores Devedores	14.726.603,46	100%	9.078.232,79	100%
50 Maiores Devedores	14.726.603,46	100%	9.078.232,79	100%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	5.711.624,70	5.713.087,99
Valor das operações recuperadas no período	-	(1.463,29)
TOTAL	5711.624,70	5.711.624,70

8. OUTROS CRÉDITOS

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2019	31/12/2018
Total Ativo Circulante	183.365,29	96.873,88
Diversos	183.365,29	96.873,88
Adiantamentos e antecipações salariais	-	20.514,03
Adiantamentos Para Pagamentos de Nossa Conta	92.813,25	58.955,80
Devedores por depósitos em Garantia (a)	10.389,43	3.318,72
Impostos e Contribuições a Compensar	2.147,60	236,10
Pagamentos a Ressarcir	1.091,30	-
Devedores Diversos – País	76.923,71	13.849,23
Total Ativo não Circulante	6.360,56	8.646,11
Diversos	6.360,56	8.646,11
Devedores por depósitos em Garantia (a)	6.360,56	8.646,11
Devedores Diversos – País (b)	502.392,34	502.392,34
(-) Provisões Para Outros Créditos	(502.392,34)	(502.392,34)
Total	189.725,85	105.519,99

(a) Trata-se de depósitos judiciais relativos a processos junto à Receita Federal em virtude de falha no envio de DCTF's no valor de R\$ 6.360,56.

Trata-se de débito realizado pelo Sicoob Confederação na conta movimento do Sicoob Central BA no valor de R\$ 622,07, relativo a custas judiciais, despesas e honorários advocatícios do processo judicial movido por associado do Sicoob Subaé (processo nº 0000717-40.2014.8.26.0125) em que o Sicoob Confederação foi incluído no polo passivo indevidamente.

Trata-se de depósito judicial para garantir o juízo em processo judicial na fase de cumprimento de sentença, em que o Sicoob Central BA foi indevidamente demandado por associado do Sicoob Norte Sul, no valor de R\$ 9.767,36.

(b) Trata-se substancialmente de participação no fundo de gestão de bens constituído conforme deliberação da AGO 2016 do Sicoob Confederação.

9. OUTROS VALORES E BENS

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Bens Não de Uso Próprio (a)	300.432,69	300.432,69
Material em Estoque	28.113,46	25.439,19
(Provisões para Desvalorizações) (b)	(300.432,69)	(300.432,69)
Despesas Antecipadas (c)	9.341,58	18.531,38
TOTAL	37.455,04	43.970,57

(a) Valor referente a 02 (duas) fazendas recebidas da Cooperativa de Crédito Rural do Oeste LTDA. como pagamento de dívida líquida, certa e vencida em 20 de dezembro de 2005, decorrente de saldo devedor da conta corrente nº 4-3. Tais fazendas foram recebidas em janeiro de 2006 e estão à venda, tendo sido inclusive postas em leilão, sem êxito de venda até o momento. Desta forma, foi constituída provisão neste montante em virtude da dificuldade de venda.

(b) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos de avaliação dos bens.

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes a prêmios de seguros, assinatura de periódicos e processamento de Dados.

10. INVESTIMENTOS

As ações do Bancoob são avaliadas pelo Método da Equivalência Patrimonial. Em 31 de dezembro de 2019 o Sicoob Central BA possuía 2,005% da participação acionária. As demais ações e cotas são avaliadas pelo custo de aquisição.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações Inst. Financeira controlada Coop. crédito	38.457.548,17	35.746.482,52
Participações Coop. exceto Coop. central crédito	356.997,64	283.085,29
Sicoob confederação	8.315.073,54	8.308.103,90
Participações Empr. controlada Coop. central crédito	12.500,00	12.500,00
TOTAL	47.142.119,35	44.350.171,71

11. IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base nas taxas mencionadas abaixo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018	Taxa Depreciação
Terrenos	48.000,00	48.000,00	
Edificações	686.265,17	301.761,59	4%
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	(199.164,70)	(179.404,18)	
Instalações	42.113,55	38.167,48	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(23.308,49)	(20.444,59)	
Móveis e equipamentos de Uso	297.592,76	240.350,52	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	(194.227,87)	(181.221,91)	
Sistema de Comunicação	41.638,78	40.344,86	10%
Sistema de Processamento de Dados	415.249,54	384.675,63	20%
Sistema de Segurança	31.643,56	29.143,72	10%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	(335.692,56)	(310.707,98)	
TOTAL	810.109,74	390.665,14	

12. INTANGÍVEL

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos amortização acumulada. As amortizações são calculadas pelo método linear, com base na taxa abaixo:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018	Taxa Amortização
Sistema de processamento de dados - Software	185.878,92	171.386,26	10%
(-) Total Amortização Acumulada	(128.325,26)	(109.159,37)	
TOTAL LÍQUIDO	57.553,66	62.226,89	

13. DEPÓSITOS

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos preestabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério *pro rata temporis*, já as remunerações pré-fixadas são calculadas no prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Depósito Sob Aviso	127.071,95	119.915,55
Depósito a Prazo	6.684.091,45	7.488.444,47
TOTAL	6.811.163,40	7.608.360,02

Concentração da carteira de Depósitos, incluindo a centralização financeira (Relações Interfinanceiras):

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Depositante	174.069.887,44	35,29%	169.860.801,55	37,24%
10 Maiores Depositantes	475.659.729,62	96,44%	429.888.138,97	94,25%
50 Maiores Depositantes	493.194.251,17	100,00 %	456.136.278,72	100,00%

Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(7.156,40)	(7.237,63)
Despesas de Depósitos a Prazo	(394.753,04)	(451.989,59)
TOTAL	(401.909,44)	(459.227,22)

14. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

São os recursos que as cooperativas filiadas possuem na centralização financeira, os quais são remunerados de acordo com os critérios próprios instituídos pela Resolução nº 143/18 do Sicoob Central BA.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Centralização Financeira - Cooperativas	486.383.087,77	448.527.918,70
TOTAL	486.383.087,77	448.527.918,70

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Sociais e Estatutárias	245.075,66	39.544,86
Fiscais e Previdenciárias	315.762,23	227.921,24
Diversas	3.107.295,43	3.657.134,33
TOTAL	3.668.133,32	3.924.600,43

15.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Resultado de Atos com Associados	60.217,51	39.110,91
Resultado de Atos com Não Associados	180.357,11	433,95
Cotas de Capital a pagar	4.501,04	-
TOTAL	245.075,66	39.544,86

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

15.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e Contribuições Sobre Lucros A Pagar (a)	88.985,32	41.769,76
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros (b)	44.323,49	33.256,97
Impostos e Contribuições Sobre Salários (c)	175.403,16	151.450,37
Outros (d)	7.050,26	1.444,14
TOTAL	315.762,23	227.921,24

(a) Trata-se de IRRF a recolher (R\$ 50.925,75), CSLL a recolher (R\$ 38.059,57) apurados s/ atos não cooperativos.

(b) Trata-se de ISS a recolher (R\$ 7.706,85), INSS a recolher (R\$ 27.458,45), IRRF a recolher (R\$ 3.150,01), IRRF a recolher Pessoa Física (R\$ 902,05), PIS/COFINS/CSLL a recolher (R\$5.106,13).

(C) Trata-se de IRRF a recolher (R\$ 53.641,69), INSS a recolher (R\$ 89.051,55), FGTS a recolher (R\$ 29.002,26) e PIS a recolher (R\$ 3.707,66).

(d) Trata-se de ISS a recolher (R\$ 3.652,98), Pis s/ faturamento (R\$ 474,89) e Cofins a recolher (R\$ 2.922,39).

15.3 Diversas

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Total do Passivo Circulante	2.975.687,58	3.485.527,95
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (a)	86.419,71	65.069,08
Despesas de Pessoal (b)	488.976,45	455.488,07
Outras Despesas Administrativas (c)	82.747,69	54.912,04
Credores Diversos -País (e)	2.317.543,73	2.910.058,76
Total do Passivo não Circulante	131.607,85	171.606,38
Provisão Para Contingências (d)	131.607,85	171.606,38
TOTAL	3.107.295,43	3.657.134,33

(a) São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

(b) Despesas de Pessoal está composta por: Férias (R\$ 353.167,53), INSS sobre férias (R\$90.764,10), FGTS sobre férias (R\$ 28.226,54) e PIS sobre férias (R\$ 3.531,72).

(c) Despesas Administrativas está composta por: água/energia/gás (R\$ 13.132,46), Aluguéis (R\$ 3.791,08), Comunicações (R\$ 8.020,11), Propaganda e Publicidade (R\$ 2.200,00), promoções e relações públicas (R\$ 552,40), Manutenção e conservação de Bens (R\$1.076,48) Seguro (R\$ 2.785,52), Viagens a serviço (R\$ 12.246,45), Serviços gráficos (R\$ 30,40), Compensação (R\$ 1.483,66), Estagiários a pagar (R\$ 36,36), e Outras despesas administrativas (R\$ 37.392,77).

(d) O Sicoob Central BA está inscrito na Dívida Ativa da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional devido a erros na confecção das DCTF's das competências de 2001 a 2003, débito objeto de execução fiscal. Por sugestão do Conselho Fiscal e aprovação do Conselho de Administração, essa dívida foi provisionada em sua totalidade (R\$ 6.360,56), obedecendo ao princípio contábil da prudência.

Trata-se de débitos de IRPJ - 1º e 2º trimestres de 2009 (R\$ 25.765,45 e R\$ 31.240,65 respectivamente) que encontram-se em aberto devido ao não reconhecimento de direito creditório pleiteado pelo Sicoob Central BA e não homologação das compensações requeridas. Por sugestão da Gejur e aprovação da Diretoria Executiva, essa dívida foi provisionada em sua totalidade (R\$ 125.247,29 - com a devida atualização até dez/19), obedecendo ao princípio contábil da prudência.

(e) Refere-se a: Recursos doados pela empresa DGRV – CONFEDERAÇÃO ALEMÃ DAS COOPERATIVAS com saldo atualizado de (R\$ 316.105,80), conforme Instrumento Particular de Constituição de Obrigações Decorrentes de Doação Condicional firmado entre a Sicoob Central BA e a DGRV, além

de provisão para despesa sobre os depósitos intercooperativos, que corresponde a remuneração paga às cooperativas associadas decorrentes dos recursos mantidos nesta Central, como reserva obrigatória de liquidez (R\$ 1.797.934,93), Pendência a regularizar Bancoob (R\$149.066,82), Créditos de Terceiros (R\$ 15.890,35) e provisões de despesas administrativas (R\$ 38.545,83).

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O SICOOB CENTRAL BA opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

17.1 Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

De acordo com o artigo 25, §2º do nosso Estatuto Social, semestralmente, é verificada a necessidade de aporte a fim de ajustar o capital da central, com base nos balanços encerrados nos meses de junho e dezembro.

Além da forma mencionada de capitalização, de acordo com a Resolução Sicoob Central BA nº 090/14, mensalmente, cada filiada ao Sicoob Central BA subscreve e integraliza ao seu capital social, valor correspondente a 0,0175% (cento e setenta e cinco décimos de milésimos por cento) do total dos saldos captados de seus depósitos.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	42.578.854,76	38.421.864,45
Associados	13	14

17.2 Reservas de sobras

17.2.1 Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras apuradas com atos Cooperativos no final do exercício, no percentual de 30% (trinta por cento), conforme determina o Artigo 34, inciso I, do Estatuto Social é utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Reserva Legal	6.934.443,24	6.573.138,16
Total	6.934.443,24	6.573.138,16

17.2.2 Reserva para Expansão

17.2.2.1 Fundo Micro finanças

Em 02 de março de 2018, foi realizada a doação condicional dos recursos mantidos no Fundo de Desenvolvimento, celebrado entre DGRV e Sicoob Central BA, com objetivo de estabelecer parceria entre as partes bem como a fixação de suas atribuições específicas, com a finalidade de fortalecer o Sicoob Central BA e suas filiadas, com vigência até final dos recursos com no mínimo de 4 (quatro) anos e máximo de 6(seis) anos a contar da data de assinatura

Para esta reserva são destinados integralmente, em cada exercício, os rendimentos líquidos auferidos com as aplicações dos recursos da DGRV. Por outro lado, a realização da reserva ocorre também, em cada exercício, pelo custeio das despesas relacionadas ao desenvolvimento das ações previstas na parceria.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo Inicial	231.306,55	326.515,43
Reversão de Reserva para Expansão	(119.277,90)	(172.280,01)
Destinação valor dos rendimentos oriundos aplicações DGRV	59.737,46	77.071,13
Saldo Final	171.766,11	231.306,55

17.2.2.2 Fundo Instituto Sicoob

Em 26 de abril de 2019 foi deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária a criação do Fundo de Custeio Instituto Sicoob do Sicoob Central BA.

O Fundo tem como objetivo apoiar as ações sistêmicas do Instituto Sicoob nas cooperativas filiadas e Sicoob Central BA, que visam contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades onde atuam.

Para o Fundo é destinado integralmente o valor resultante da contribuição mensal das filiadas em 0,0005% do total de seus depósitos. Por outro lado, a realização do fundo ocorre também, em cada exercício, pelo custeio das despesas relacionadas as ações de divulgação, promoção, bem como investimentos do Instituto Sicoob no Sicoob Central BA.

Descrição	31/12/2019
Saldo Inicial	0,00
Constituição da Reserva para Expansão	517.150,00
Utilização da Reserva (custos com ações do Instituto Sicoob)	(147.988,48)
Saldo Final	369.161,52

17.2.3 Reserva de Sobras a Realizar

Esta reserva foi constituída pelo resultado líquido positivo calculado, em cada exercício social, pela Equivalência Patrimonial – MEP da participação do Sicoob Central BA junto ao Banco Cooperativo do Brasil - Bancoob.

Descrição	31/12/2018
Saldo até 31 de Dezembro de 2019	18.706.234,73

17.3 Sobras Acumuladas

O saldo final dessa rubrica representa as sobras líquidas à disposição da assembleia geral referente ao exercício de 2019. Segue a sua movimentação:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Sobras Brutas do Exercício	1.384.273,44	4.848.287,31
Resultado de Atos Não Cooperativos	(179.923,16)	-
Sobras Líquidas do Exercício	1.204.350,28	4.848.287,31
(-) Reserva de sobras a realizar – Resultado do MEP	-	(4.624.497,00)
(=) Sobras do Exercício Antes das Destinações	1.204.350,28	223.790,31
(-) Destinações Estatutárias	(421.522,59)	(78.326,61)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(60.217,51)	(11.189,52)
Reserva legal 30% sobre sobras de atos cooperativos	(361.305,08)	(67.137,09)
(=) Sobras do Exercício antes dos ajustes	782.827,69	145.463,70
Ajustes	(309.621,08)	95.208,88
Reversão de Reserva para Expansão	267.266,38	172.280,01
Destinação valor dos rendimentos oriundos aplicações DGRV	(576.887,46)	(77.071,13)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	473.206,61	240.672,58

18. PROVISÃO DE JUROS AO CAPITAL

O Sicoob Central BA pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital de suas filiadas. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 4.706/2018.

19. INGRESSOS/DISPÊNDIOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Receita de Intermediação Financeira	29.472.842,31	28.446.952,33
Rendas de Empréstimos	714.995,64	603.844,13
Recuperação de Prejuízo	-	1.463,29
Rendas de aplicações em operações compromissadas	2.893.066,78	3.053.639,68
Rendas de Aplicações em depósitos interfinanceiros	19.621.657,52	21.595.104,10
Cotas de Fundo de Renda Fixa	-	81,19
Letras Financeiras do Tesouro	373.124,68	99.138,60
Rendas de Aplicações em fundos de investimentos	5.869.997,69	3.093.681,34
(-) Despesas de Intermediação Financeira	(506.032,24)	(449.995,31)
(-) Despesas de Depósitos Aviso Prévio	(7.156,40)	(7.237,63)
(-) Despesas de Depósitos a Prazo	(394.753,04)	(451.989,59)
(+/-) Provisão/Reversão para provisões para Operações de Crédito (a)	(104.122,80)	9.231,91
Resultado Bruto de intermediação Financeira	28.966.810,07	27.996.957,02

20. INGRESSOS/RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

No exercício de 2019 foram obtidas rendas com prestação de serviços, assim descritas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Serviços – atos não cooperativos (a)	352.390,03	211.392,03
TOTAL	352.390,03	211.392,03

(a) Refere-se a receitas de comissão intercâmbio cartão cabal, tarifa interbancário TIB e receita com venda de seguros.

21. DISPÊNDIOS/DESPESAS DE PESSOAL

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Cédula de Presença	(49.925,88)	(45.398,50)
Honorários	(723.489,15)	(695.010,12)
Cédula de Presença	(113.739,95)	(121.297,71)
Gratificações da Diretoria	(74.223,63)	(71.169,76)
Assistência Médica	(650.439,04)	(559.738,82)
Alimentação do Trabalhador	(618.811,71)	(573.161,33)
Vale Transporte	(49.733,79)	(45.381,74)
Seguros	(28.976,69)	(27.214,93)
Contribuição Previdência Privada	(180.742,09)	(107.721,64)
Outras Despesas de Pessoal Benefícios	(3.394,01)	-
F.G.T.S Funcionários	(252.679,77)	(228.859,76)
INSS Funcionários	(820.427,59)	(739.540,79)
INSS Diretoria/Conselheiros	(192.274,30)	(186.575,38)
INSS Terceiros	(30.575,71)	(27.488,37)
Salários	(2.654.766,10)	(2.410.408,09)
Horas Extras	(11.174,82)	(1.618,47)
13º Salário	(243.227,68)	(218.987,11)
Férias	(343.587,50)	(304.047,39)
Multa sobre Rescisões Trabalhistas FGTS	(37.145,23)	(20.021,78)
Aviso Prévio Indenizado	(15.377,79)	(2.572,03)
Programa de Formação Profissional	(639.047,20)	(513.826,63)
Seleção e Contratação	(40,00)	(491,28)
Estagiários	(53.849,65)	(33.778,75)
Outras Despesas de Remuneração de Estagiários	-	(2.213,09)
TOTAL	(7.787.649,28)	(6.936.523,47)

22. Outros dispêndios/Despesas Administrativas

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Água Energia e Gás	(101.497,18)	(89.638,92)
Despesas de Aluguéis	(178.713,16)	(163.735,29)
Despesas de Comunicação	(99.139,40)	(114.818,98)
Despesas de manutenção e Conservação de Bens	(33.294,01)	(39.609,41)
Despesas de Material	(20.573,07)	(20.420,75)
Despesas de Processamento de Dados	(51.532,92)	(40.119,01)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(144.406,76)	(144.686,35)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(22.145,18)	(8.785,60)
Despesas de Publicações	(15.040,00)	(14.720,00)
Despesas de Seguros	(11.546,80)	(9.346,03)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(71.554,53)	(70.815,98)
Despesas de Serviços de Terceiros	(182.467,90)	(174.481,51)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(203.837,88)	(184.057,27)
Despesas de Transporte	(8.452,43)	(8.898,27)
Despesas de Viagem ao Exterior	(47.827,21)	(25.848,39)
Despesas de Viagem no País	(448.674,07)	(421.338,24)
Livros Jornais e Revistas	(1.476,91)	(2.682,50)
Condomínio	(120.240,54)	(100.802,88)
Contribuição Sindical Patronal	-	(27.067,23)
Emolumentos Judiciais e Cartorários	(1.859,87)	(4.371,25)
Copa/Cozinha	(9.239,66)	(9.341,41)
Lanches e Refeições	(6.828,06)	(4.542,41)
Uniformes e Vestuários	(793,82)	(49,00)
Contribuição OCE	(51.100,45)	(35.706,00)
Taxas da Junta Comercial	(997,00)	(1.317,00)
Impostos e Taxas	(3.688,89)	(6.330,09)
Medicamentos	(19,38)	(81,39)
Sistema Cooperativista	-	-
Assinaturas de Publicações Técnicas	(4.408,74)	(2.825,10)
Ações Judiciais	-	-
Materiais de Limpeza	(14.682,97)	(11.197,58)
Outras Despesas Administrativas	(150.328,31)	(2.796,03)
Rateio de Despesa do Sicoob Confederação	(1.018.595,32)	(794.217,60)
Contribuição Confederativa	(27.918,31)	-
Despesas de Amortização	(19.165,89)	(17.482,47)
Despesa de Depreciação	(86.287,57)	(70.389,47)
Total	(3.158.334,19)	(2.622.528,12)

23. DISPÊNDIOS/DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Conforme legislação vigente, as sociedades cooperativas possuem isenção tributária sobre suas receitas com atos cooperativos. No exercício de 2019 foram auferidas receitas de atos não cooperativos tributados pelo PIS/COFINS e resultado positivo de atos não cooperativos tributados pelo IRPJ e CSLL.

Segue demonstrativo das despesas tributárias:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
ISS – 5%	(17.619,25)	(10.569,62)
COFINS – 4%	(14.095,59)	(8.455,69)
PIS – 0,65%	(2.290,54)	(1.374,04)
Imposto de Renda	(70.497,09)	(32.869,53)
Contribuição Social	(56.698,32)	(37.252,14)
Subtotal - Tributos sobre atos não cooperativos	(161.200,79)	(90.521,02)
Impostos e taxas – Municipais	(67.204,15)	(59.021,04)
Despesas de Tributos Federais	(6.388,29)	(6.875,60)
PIS sobre Folha de Pagamento	(31.589,21)	(28.640,06)
Subtotal - Tributos sobre atos cooperativos	(105.181,65)	(94.536,70)
Total da Tributação	(266.382,44)	(185.057,72)

24. RESULTADO DE PARTICIPAÇÃO EM COLIGADAS E CONTROLADAS

O Sicoob Central BA possui ações do Bancoob e, por exercer influência na administração daquela da instituição, esta Central efetua a Equivalência Patrimonial dessa participação.

A equivalência patrimonial é o método que consiste em atualizar o valor contábil do investimento ao valor equivalente à participação societária da sociedade investidora no patrimônio líquido da sociedade investida, e no reconhecimento dos seus efeitos na demonstração do resultado do exercício.

O valor do investimento, portanto, é determinado mediante a aplicação da porcentagem de participação no capital social sobre o patrimônio líquido do Banco.

Para efetuar o cálculo da Equivalência Patrimonial - MEP o Sicoob Central BA utiliza o patrimônio líquido do Bancoob do mês anterior ao da competência do Sicoob Central BA.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Ajustes em Invest. Em coligadas e controladas	2.710.862,53	4.624.497,00
TOTAL	2.710.862,53	4.624.497,00

25. OUTROS INGRESSOS/RECEITAS OPERACIONAIS

Esta rubrica é composta pelos seguintes valores:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	4.832,17	20.852,59
Reversão de Provisão para contingências	43.876,68	-
Rateio de despesas da Central	8.908.371,95	7.512.432,55
Recebimento de sobras do Sicoob Confederação	6.969,64	136.508,90
Distribuição das sobras – Sicoob Corretora	278,56	312,62
Recebimento das sobras da Cnac	39.942,12	43.405,29
Recebimento da remuneração de Juros ao Capital Cnac	33.970,23	25.680,00
Recebimento de contribuição ao fundo Instituto Sicoob	517.150,00	-
Outras rendas operacionais (a)	54.005,08	77.837,70
Deduções e Abatimentos	17.648,98	281,73
Total	9.627.045,41	7.817.311,38

(a) Trata-se substancialmente de patrocínio do Bancoob para confraternização de fim de ano do Sicoob Central BA.

26. OUTROS DISPÊNDIOS/DESPESAS OPERACIONAIS

O saldo dessa rubrica é composto pelos seguintes valores:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Dispêndios de depósitos intercooperativos	(26.884.363,67)	(25.993.634,70)
Despesas de Provisões Passivas	(3.878,15)	(162.960,27)
Perdas – Danos a Ativos Físicos	(2.310,11)	(5.908,89)
Perdas – Falhas de Gerenciamento	(11.277,49)	(780,19)
Multas e Juros Diversos	(88,32)	-
Passivos Contingentes	(33.945,95)	(14.703,75)
Fundo de Desenvolvimento	(6.971,92)	(6.492,45)
Outras Despesas Operacionais (a)	(820,19)	(2,91)
Contribuição ao Fundo de Ressarcimento - Perdas Operacionais	-	(2,11)
Total	(26.943.655,80)	(26.184.485,27)

27. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Descrição	2019	2018
Outras Rendas não Operacionais	223.053,60	126.724,46
Resultado Líquido	223.053,60	126.724,46

28. VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS – IMPAIRMENT

O Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 3.566 de 29 de maio de 2008, determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 01, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente ao reconhecimento, mensuração e divulgação de redução ao valor recuperável de ativos. O referido pronunciamento institui o teste de recuperabilidade de ativos, também previsto na Lei nº 11.638/2007, cujo objetivo é assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

Caso existam evidências claras de que ativos estão avaliados por valor não recuperável no futuro, a entidade deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos semestralmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

A adoção desta norma não produziu efeitos sobre as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em função da escrituração contábil dos ativos ser efetuada de acordo com normativos específicos, os quais já resguardam a sua recuperabilidade, em especial à provisão sobre as operações de crédito constituídas de acordo com a Resolução nº 2.682/99.

29. PARTES RELACIONADAS

O Sicoob Central BA foi criado com o objetivo da organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e a assistência às cooperativas filiadas nos termos da Lei nº 5.764/71, artigo 8º e Resolução nº 4.434/15 do CMN.

Demonstramos a seguir as operações com as cooperativas filiadas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ativo	14.726.603,46	9.078.232,79
Operações de Crédito	14.726.603,46	9.078.232,79
Passivo	493.194.251,17	456.136.278,72
Depósitos sob aviso	127.071,95	119.915,55
Depósitos a prazo	6.684.091,45	7.488.444,47
Relações Interfinanceiras – centralização financeira	486.383.087,77	448.527.918,70

Adicionalmente, existem partes relacionadas de pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades desta Central e que integram o quadro social de alguma cooperativa singular associada à Central

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas liberadas no exercício de 2019:

Montante das operações ativas – R\$	% em relação à carteira total
R\$ R\$ 11.740.232,64	79,72%
Montante das operações Passivas – R\$	% em relação à carteira total
R\$ R\$ 3.586.311,21	52,65%

Operações ativas e passivas – saldo devedor em 31 de dezembro 2019:

Operações ativas

Natureza da operação de crédito	Valor da operação de crédito	PCLD (Provisão para crédito de liquidação duvidosa)	% da operação de crédito em relação à carteira total
Empréstimo	14.726.603,46	(149.513,97)	100%
Total	14.726.603,46	(149.513,97)	100%

Operações passivas

Aplicações Financeiras	% em relação à carteira total	Taxa Média - %
6.381.946,36	93,70%	99,88%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: captação de depósito a prazo, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas aplicadas em relação às partes relacionadas	Taxa aprovada pelo Conselho de Administração
Empréstimos	100% a 102% CDI	100% a 102% CDI
Aplicação Financeira	98% a 101% CDI	95% a 101% CDI

No exercício de 2019, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, cédula de presença e plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

Benefícios monetários	Exercício de 2019
Honorários	(723.489,15)
Cédula de Presença	(163.665,83)
Gratificações	(74.223,63)
INSS	(192.275,72)
Previdência Privada	(56.789,46)
Plano de Saúde	(52.395,38)
Alimentação/Refeição	(18.480,00)
Total	(1.281.319,17)

30. GERENCIAMENTO DE RISCO

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

30.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

30.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

30.3 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

30.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

30.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

31. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - DFC

Para os valores disponíveis apontados na DFC não existe nenhum tipo de embaraço ou bloqueio, estando em sua totalidade à disposição para utilização imediata desta Central.

Não possuímos nenhum limite disponível em outra instituição financeira para utilização imediata, sendo os valores apresentados na DFC a sua disponibilidade de caixa.

32. SEGUROS CONTRATADOS – NÃO AUDITADO

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

33. ÍNDICE DE BASILEIA

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192 de 01/03/2013 e CMN nº 4.193, de 01/03/2013, que dispõem sobre a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR) e definem requerimento mínimo de PR correspondente à aplicação do fator "F" ao montante RWA, sendo "F" igual a 8% (oito por cento) e Adicional de Capital Principal (ACP) correspondente a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento), a partir de 1º de janeiro de 2019, totalizando 10,5% de exigência no ano de 2019. Na data base de 31 de dezembro de 2019, a margem do patrimônio de referência do Sicoob Central BA correspondia a R\$ 25.685.444,83, representando IB de 25,16%, superior ao requerido mínimo pelo Banco Central do Brasil. Na data base de 31 de dezembro de 2018, a margem era de R\$ 22.749.078,32, representando IB de 24,92%.

34. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Outros	131.607,85	16.749,99	171.606,38	8.646,11
TOTAL	131.607,85	16.749,99	171.606,38	8.646,11

Segundo a assessoria jurídica do Sicoob Central BA, dos processos judiciais em que figura como polo passivo, não há processos classificados como perdas possíveis.

35. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Multi-instituído. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são equivalentes a no mínimo 1% do salário.

As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 2019 totalizaram R\$180.742,09.

Salvador-BA, 31 de dezembro de 2019.

JOSEMIR PEREIRA SOARES
DIRETOR OPERACIONAL

ALEXSANDRO DO CARMO SILVA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

VALMIR LIMA SILVA
CONTADOR
CRCBA-023450/O-3

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

ÀS COOPERATIVAS ASSOCIADAS

Submetemos à apreciação as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 da Cooperativa Central de Crédito da Bahia Ltda. – SICOOB CENTRAL BA, na forma da Legislação em vigor.

1. Cenário

O início de 2019 foi marcado pelas expectativas do novo governo, tendo como pauta principal a reforma da previdência e tributária, das quais apenas a primeira se concretizou naquele exercício. Em que pese as incertezas predominantes em todo novo ciclo governamental, o mercado se mostrou bastante otimista em relação ao crescimento da economia, com projeções acima de 2,5% do PIB para ano de 2019.

A partir do resultado o PIB do primeiro trimestre, no entanto, com redução 0,2% em relação ao trimestre anterior, o cenário de projeções e expectativas foi se modificando. A tendência é que o país alcance um crescimento próximo de 1,2% em 2019, o que já é um fator positivo, ainda que muito aquém das expectativas no início do novo ciclo, porém com um cenário promissor para 2020.

A política macroeconômica, mostra-se, até então bem-sucedida, sobretudo no que diz respeito a taxa Selic ao atingir o piso histórico de 4,5% ao ano, embora a inflação oficial de 2019, medida pelo IPCA, tenha superado um pouco o centro da meta de 4,25% ao atingir 4,31%. O crescimento tímido previsto da economia tem sido puxado pelo consumo das famílias, já que os demais componentes da demanda como o investimento, gastos de governo e exportações tiveram desempenho abaixo do esperado.

No que tange ao Sistema Financeiro Nacional, a carteira total de crédito avançou 7,5% em 2019, mantendo o ritmo de crescimento do ano anterior. Este crescimento foi preponderante na carteira de Pessoa Física com 11,7%, enquanto a de Pessoa Jurídica, registrou variação de 1,6% no período. A expectativa em 2020 é que a expansão do crédito do SFN supere a casa dos dois dígitos.

O desafio do Sicoob BA é executar o Planejamento Estratégico desenhado em todas as suas cooperativas para o próximo ciclo 2020 – 2022, afim de expandir a carteira de crédito com qualidade, eficiência e de forma sustentável, reduzir ainda mais a inadimplência, melhorar o resultado da intermediação financeira, ampliar a venda de produtos e serviços, controlar as despesas administrativas e melhorar



ainda mais nossos indicadores de desempenho.

2. Indicadores de desempenho

2.1. SICOOB CENTRAL BA

Nossos ativos cresceram 7,99% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo R\$566,10 milhões. Em 31 de dezembro de 2019, 91,48% dos ativos estavam aplicados em operações de intermediação financeira, sendo 88,90% delas em tesouraria e aplicações financeiras vinculadas à variação do CDI e 2,58% em operações de crédito.

No ano de 2019, a captação de depósitos e da centralização financeira junto às cooperativas filiadas progrediram 8,12% em relação ao ano anterior, alcançando a marca de R\$493,19 milhões.

O patrimônio líquido evoluiu 8,24%, chegando a R\$69,47 milhões. As sobras líquidas antes das destinações apresentaram uma variação negativa de 71,45%, em relação ao mesmo período de 2018, alcançando R\$1,38 milhões até 31 de dezembro de 2019. A redução do resultado decorreu, principalmente, do pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 2,34 milhões e do impacto da redução da taxa Selic nas receitas de intermediação financeira do SICOOB CENTRAL BA.

2.2. Cooperativas Filiadas

Os ativos das cooperativas filiadas encerraram o ano de 2019 com R\$1.332,61 milhões, representando um aumento de 15,58% ante o ano anterior.

As operações de crédito líquidas de provisão, mesmo diante de um cenário de estagnação da economia, encerraram o ano de 2019 com R\$682,21 milhões, representando um acréscimo de 21,15% em relação ao ano anterior. A captação de depósitos cresceu 16,35% em relação ao ano anterior, atingindo o patamar de R\$791,15 milhões, demonstrando a confiança dos associados nas cooperativas filiadas.

O patrimônio líquido alcançou R\$406,56 milhões, representando uma evolução de 6,76% em relação ao ano anterior.

As sobras líquidas do ano, antes das destinações e dos juros ao capital, alcançaram R\$47,05 milhões, representando uma redução de 8,22% em relação ao ano anterior e corresponderam a um retorno de 12,41% a.a. sobre o patrimônio líquido médio do período.

3. Gerenciamento de Riscos

3.1. Gerenciamento Centralizado de Riscos e de Capital do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – Sicoob

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das

operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

3.2. Risco Operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração. A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

3.3. Riscos de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (*trading*) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (*commodities*), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (*banking*).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – *Value at Risk* para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

3.4. Risco de crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

3.5. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

3.6. Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

4. Governança Corporativa

A governança corporativa do SICOOB CENTRAL BA visa estabelecer diretrizes aplicadas à representatividade e participação, à direção estratégica, à gestão executiva, à fiscalização e controle e à aplicação de princípios de segregação de funções na administração; de transparência, de equidade, de ética, de educação cooperativista, de responsabilidade corporativa e de prestação de contas e atender às exigências legais e regulamentares.

A verificação do cumprimento aos normativos e leis vigentes é realizada pelo Conselho Fiscal do SICOOB CENTRAL BA, auditorias, bem como pelo Banco Central do Brasil.

5. Conselho Fiscal

Eleito na AGO de 26/04/2019, o Conselho Fiscal tem a função de examinar assídua e minuciosamente os atos da administração, bem como os demonstrativos contábeis do SICOOB CENTRAL BA.

6. Código de Ética

Todas as cooperativas do Sicoob BA, incluindo o SICOOB CENTRAL BA, adotam o Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pelo Sicoob Confederação, sendo firmado termo de compromisso com todos os integrantes.

Agradecimentos

Agradecemos às nossas Cooperativas Filiadas pela confiança e à equipe do SICOOB CENTRAL BA pela dedicação.

Salvador, 23 de janeiro de 2020.

IVO AZEVEDO DE BRITO

PRESIDENTE

ALEXSANDRO DO CARMO SILVA

DIRETOR ADMINISTRATIVO

JOSEMIR PEREIRA SOARES

DIRETOR OPERACIONAL





BAUER

Audidores Associados

R.N.: 034/2020 – MG

**CLIENTE : COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA. –
SICOOB CENTRAL BA**

**ASSUNTO: RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2019**

DATA : 07.02.2020

BAUER AUDITORES ASSOCIADOS

Belo Horizonte – MG – Rua Bernardo Guimarães, 2717 – Salas 1001 e 1002 – Lourdes – Cep 30.140-082

Fone: (31) 3295-2837, Fax (31) 3295-2815

baueraudidores@baueraudidores.com.br

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Srs.

**Conselheiros, Diretores e Associados da
COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA. – SICOOB
CENTRAL BA
Salvador - BA**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DA BAHIA LTDA. – SICOOB CENTRAL BA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “*Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis*”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos fatos a relatar.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte - MG, 07 de fevereiro de 2020.



BAUER AUDITORES ASSOCIADOS
CRCMG 6427

MÁRIO ORLANDO BAUER
Contador Responsável
CRC RS 017883/O

